

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	73
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	68.319
Preferenciais	0
Total	68.319
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.472
Preferenciais	0
Total	1.472

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	513.473	545.361
1.01	Ativo Circulante	183.202	210.739
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81.444	110.901
1.01.01.01	Caixa restrito	13.105	15.628
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	68.339	95.273
1.01.03	Contas a Receber	66.844	84.977
1.01.03.01	Clientes	44.493	48.136
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.351	36.841
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	8.545	5.526
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	12.210	25.243
1.01.03.02.04	Dividendos a receber de controladas	1.506	5.505
1.01.03.02.05	Outras contas a receber	90	567
1.01.04	Estoques	358	131
1.01.07	Despesas Antecipadas	34.556	14.730
1.02	Ativo Não Circulante	330.271	334.622
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	111.848	105.195
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.562	5.284
1.02.01.01.03	Depósitos Judiciais	7.562	5.284
1.02.01.06	Tributos Diferidos	81.210	70.688
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	81.210	70.688
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	1.358
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	23.076	27.865
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	23.076	27.865
1.02.02	Investimentos	67.166	77.554
1.02.02.01	Participações Societárias	67.166	77.554
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	67.166	77.554
1.02.03	Imobilizado	18.230	18.622
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.230	18.622
1.02.04	Intangível	133.027	133.251
1.02.04.01	Intangíveis	133.027	133.251
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	130.488	130.488
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	2.539	2.763

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	513.473	545.361
2.01	Passivo Circulante	196.166	181.119
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.431	3.252
2.01.02	Fornecedores	39.381	28.654
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	37.819	28.042
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.562	612
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.408	7.517
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.408	7.517
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	5.408	7.517
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.572	39.172
2.01.04.02	Debêntures	37.572	39.172
2.01.05	Outras Obrigações	109.497	101.645
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.062	18.005
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	17.062	18.005
2.01.05.02	Outros	92.435	83.640
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	83.911	70.232
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo à cultura	8.428	13.287
2.01.05.02.06	Outras obrigações	96	121
2.01.06	Provisões	877	879
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	877	879
2.02	Passivo Não Circulante	20.292	39.131
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	18.750
2.02.01.02	Debêntures	0	18.750
2.02.04	Provisões	20.292	20.381
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.292	20.381
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.958	15.619
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	4.334	4.762
2.03	Patrimônio Líquido	297.015	325.111
2.03.01	Capital Social Realizado	243.022	243.022
2.03.02	Reservas de Capital	1.454	1.299
2.03.03	Reservas de Reavaliação	1.325	1.347
2.03.04	Reservas de Lucros	37.549	61.598
2.03.04.01	Reserva Legal	10.296	10.296
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	43.916	66.359
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-6.998	-5.392
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	13.665	17.845

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	68.328	38.085
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.994	-25.048
3.03	Resultado Bruto	-16.666	13.037
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.167	-28.302
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.083	-569
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.236	-14.026
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-11.239	-12.985
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-997	-1.041
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	605	164
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	605	164
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.453	-13.871
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.453	-13.871
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-30.833	-15.265
3.06	Resultado Financeiro	-2.154	-1.278
3.06.01	Receitas Financeiras	14	1.842
3.06.01.01	Receitas Financeiras	909	1.683
3.06.01.02	Varição Cambial e monetária, líquida	-895	159
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.168	-3.120
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.168	-3.120
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-32.987	-16.543
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.522	834
3.08.02	Diferido	10.522	834
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-22.465	-15.709
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-22.465	-15.709
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,19080	-0,22510
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,19080	-0,22510

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-22.465	-15.709
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.180	-1.023
4.03	Resultado Abrangente do Período	-26.645	-16.732

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-17.364	-1.944
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-29.628	350
6.01.01.01	Lucro líquido no exercício	-22.465	-15.709
6.01.01.02	Equivalência Patromonial	1.453	13.871
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.944	746
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-10.522	-834
6.01.01.05	Financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	-661	2.064
6.01.01.06	Pagamentos baseados em ações	155	189
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	272	31
6.01.01.08	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	196	2
6.01.01.09	Custo residual de ativo imobilizado baixado	0	-10
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	12.264	-2.294
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	3.447	2.776
6.01.02.02	Estoques	-227	25
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-3.019	-916
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	13.033	-18.351
6.01.02.05	Outras contas a receber	477	243
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-2.278	-635
6.01.02.07	Despesas antecipadas	-18.468	-10.298
6.01.02.08	Fornecedores	10.595	-439
6.01.02.09	Impostos e contribuições a receber	-2.736	-3.687
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	179	243
6.01.02.11	Adiantamento de clientes	13.679	26.716
6.01.02.12	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-62	-222
6.01.02.13	Outras obrigações e contas a pagar	-2.356	2.251
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	9.521	-1.303
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-1.197	-1.303
6.02.02	Recebimento de dividendos de controladas	10.718	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.091	-23.863
6.03.01	Partes relacionadas	4.508	-1.018
6.03.03	Pagamento de debêntures - juros	-3.243	-4.095
6.03.04	Pagamento de debêntures - principal	-18.750	-18.750
6.03.05	Aquisições de ações próprias	-1.606	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-26.934	-27.110
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95.273	121.255
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68.339	94.145

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-12.411	76.655	0	17.845	325.111
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-12.411	76.655	0	17.845	325.111
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.606	0	0	0	-1.606
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.606	0	0	0	-1.606
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.465	-4.180	-26.645
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.465	0	-22.465
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.180	-4.180
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.180	-4.180
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	133	22	0	0	155
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-22	22	0	0	0
5.06.04	Pagamento Baseado em Ações	0	155	0	0	0	155
5.07	Saldos Finais	243.022	-13.884	76.677	-22.465	13.665	297.015

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-3.504	89.878	0	14.204	343.600
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-3.504	89.878	0	14.204	343.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.709	-1.023	-16.732
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.709	0	-15.709
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.023	-1.023
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.023	-1.023
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	165	24	0	0	189
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-24	24	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseados em ações	0	189	0	0	0	189
5.07	Saldos Finais	243.022	-3.339	89.902	-15.709	13.181	327.057

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	78.028	43.321
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	78.462	43.644
7.01.02	Outras Receitas	-238	-321
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-196	-2
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.506	-28.365
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-80.241	-23.862
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.265	-4.500
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-3
7.03	Valor Adicionado Bruto	-8.478	14.956
7.04	Retenções	-1.943	-746
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.943	-746
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-10.421	14.210
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-76	-11.996
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.453	-13.871
7.06.02	Receitas Financeiras	14	1.842
7.06.03	Outros	1.363	33
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-10.497	2.214
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-10.497	2.214
7.08.01	Pessoal	8.015	7.768
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.783	6.559
7.08.01.02	Benefícios	819	817
7.08.01.03	F.G.T.S.	413	392
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.430	6.413
7.08.02.01	Federais	-1.653	4.856
7.08.02.02	Estaduais	139	5
7.08.02.03	Municipais	2.944	1.552
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.523	3.742
7.08.03.01	Juros	2.134	3.083
7.08.03.02	Aluguéis	389	659
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-22.465	-15.709
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.465	-15.709

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	651.129	678.850
1.01	Ativo Circulante	353.461	388.914
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	118.295	163.937
1.01.01.01	Caixa restrito	104.971	148.309
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	13.324	15.628
1.01.03	Contas a Receber	147.617	165.759
1.01.03.01	Clientes	84.737	94.984
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	62.880	70.775
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	25.287	24.014
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	30.887	38.423
1.01.03.02.04	Outras contas a receber	6.706	8.338
1.01.04	Estoques	2.376	2.211
1.01.07	Despesas Antecipadas	85.173	57.007
1.02	Ativo Não Circulante	297.668	289.936
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	110.645	99.516
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.654	6.703
1.02.01.01.03	Depósitos Judiciais	9.654	6.703
1.02.01.06	Tributos Diferidos	90.647	81.441
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	90.647	81.441
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	1.358
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	10.344	10.014
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	10.344	10.014
1.02.03	Imobilizado	48.813	50.593
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	48.813	50.593
1.02.04	Intangível	138.210	139.827
1.02.04.01	Intangíveis	138.210	139.827
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	134.769	135.936
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	3.441	3.891

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	651.129	678.850
2.01	Passivo Circulante	320.370	299.747
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.824	5.272
2.01.02	Fornecedores	91.026	89.206
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	71.786	59.329
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	19.240	29.877
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.018	21.568
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.018	21.568
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	13.018	21.568
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	46.877	48.875
2.01.04.02	Debêntures	46.877	48.875
2.01.05	Outras Obrigações	162.748	133.947
2.01.05.02	Outros	162.748	133.947
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	646	741
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	150.792	117.750
2.01.05.02.05	Patrocínios - lei de incentivo à cultura	8.428	13.100
2.01.05.02.06	Outras obrigações	2.882	2.356
2.01.06	Provisões	877	879
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	877	879
2.01.06.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	877	879
2.02	Passivo Não Circulante	26.482	46.337
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	18.750
2.02.01.02	Debêntures	0	18.750
2.02.03	Tributos Diferidos	1.394	1.547
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.394	1.547
2.02.04	Provisões	25.088	26.040
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.088	26.040
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.816	20.141
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	5.272	5.899
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	304.277	332.766
2.03.01	Capital Social Realizado	243.022	243.022
2.03.02	Reservas de Capital	1.454	1.299
2.03.03	Reservas de Reavaliação	1.325	1.347
2.03.04	Reservas de Lucros	37.549	61.598
2.03.04.01	Reserva Legal	0	10.296
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	54.212	66.359
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-6.998	-5.392
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	13.665	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	17.845
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	7.262	7.655

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	108.041	59.068
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-116.879	-51.335
3.03	Resultado Bruto	-8.838	7.733
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.287	-22.922
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.517	-918
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.505	-22.504
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-18.256	-21.185
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-1.249	-1.319
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	735	500
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais, Líquidas	735	500
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-29.125	-15.189
3.06	Resultado Financeiro	-4.679	-2.725
3.06.01	Receitas Financeiras	1.356	2.047
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.035	-4.772
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-3.544	-4.566
3.06.02.02	Variação cambial e monetária, líquida	-2.491	-206
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-33.804	-17.914
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.946	1.941
3.08.01	Corrente	-1.131	-678
3.08.02	Diferido	12.077	2.619
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-22.858	-15.973
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-22.858	-15.973
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-22.465	-15.709
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-393	-264
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,19080	-0,22510
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,19080	-0,22510

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-22.858	-15.973
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.180	-1.023
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-27.038	-16.996
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-26.645	-16.732
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-393	-264

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.889	-3.958
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-31.633	-13.151
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-22.858	-15.973
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.730	2.592
6.01.01.03	Custo residual de ativo imobilizado baixado	11	312
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-12.081	-2.619
6.01.01.05	Financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	-261	2.312
6.01.01.06	Pagamentos baseados em ações	155	189
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-405	-521
6.01.01.08	Constituição (reversão) de créditos de liquidação devedora	76	557
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	14.257	11.055
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	4.438	15.574
6.01.02.02	Estoques	-218	-651
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-5.104	-2.325
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	5.934	-18.419
6.01.02.05	Outras contas a receber	-131	-4.167
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-3.080	26
6.01.02.07	Despesas antecipadas	-40.210	1.256
6.01.02.08	Fornecedores	12.917	-7.836
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-5.453	-5.070
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	962	728
6.01.02.11	Adiantamento de clientes	45.417	28.379
6.01.02.12	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-51	-245
6.01.02.13	Outras obrigações e contas a pagar	-1.164	3.805
6.01.03	Outros	-2.513	-1.862
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.525	-2.006
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-1.525	-2.006
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-22.036	-14.256
6.03.01	Partes relacionadas	-477	-145
6.03.02	Pagamento de dividendos	-95	0
6.03.03	Pagamento de debêntures - juros	-1.108	-4.095
6.03.04	Pagamento de debêntures - principal	-18.750	-18.750
6.03.05	Contratação de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	8.734
6.03.06	Aquisição de ações próprias	-1.606	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	112	1.118
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-43.338	-19.102
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	148.309	149.571
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	104.971	130.469

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-12.411	76.655	0	17.845	325.111	7.655	332.766
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-12.411	76.655	0	17.845	325.111	7.655	332.766
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.606	0	0	0	-1.606	0	-1.606
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.606	0	0	0	-1.606	0	-1.606
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.465	-4.180	-26.645	-393	-27.038
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.465	0	-22.465	-393	-22.858
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.180	-4.180	0	-4.180
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.180	-4.180	0	-4.180
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	133	22	0	0	155	0	155
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-22	22	0	0	0	0	0
5.06.04	Pagamentos Baseado em ações	0	155	0	0	0	155	0	155
5.07	Saldos Finais	243.022	-13.884	76.677	-22.465	13.665	297.015	7.262	304.277

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-3.504	89.878	0	14.204	343.600	10.843	354.443
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-3.504	89.878	0	14.204	343.600	10.843	354.443
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.709	-1.023	-16.732	-264	-16.996
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.709	0	-15.709	-264	-15.973
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.023	-1.023	0	-1.023
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.023	-1.023	0	-1.023
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	165	24	0	0	189	0	189
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-24	24	0	0	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseados em ações	0	189	0	0	0	189	0	189
5.07	Saldos Finais	243.022	-3.339	89.902	-15.709	13.181	327.057	10.579	337.636

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	121.928	65.248
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	122.482	66.222
7.01.02	Outras Receitas	-300	-417
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-254	-557
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-113.022	-52.829
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-104.443	-45.348
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.537	-7.425
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-42	-56
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.906	12.419
7.04	Retenções	-3.765	-2.592
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.765	-2.592
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.141	9.827
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.707	2.042
7.06.02	Receitas Financeiras	1.356	1.840
7.06.03	Outros	351	202
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.848	11.869
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.848	11.869
7.08.01	Pessoal	12.952	13.721
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.943	12.072
7.08.01.02	Benefícios	1.414	1.116
7.08.01.03	F.G.T.S.	595	533
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.843	7.401
7.08.02.01	Federais	-160	5.174
7.08.02.02	Estaduais	1.891	483
7.08.02.03	Municipais	3.112	1.744
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.911	6.720
7.08.03.01	Juros	4.537	4.559
7.08.03.02	Aluguéis	6.884	936
7.08.03.03	Outras	490	1.225
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-22.858	-15.973
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.465	-15.709
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-393	-264

Comentário do Desempenho

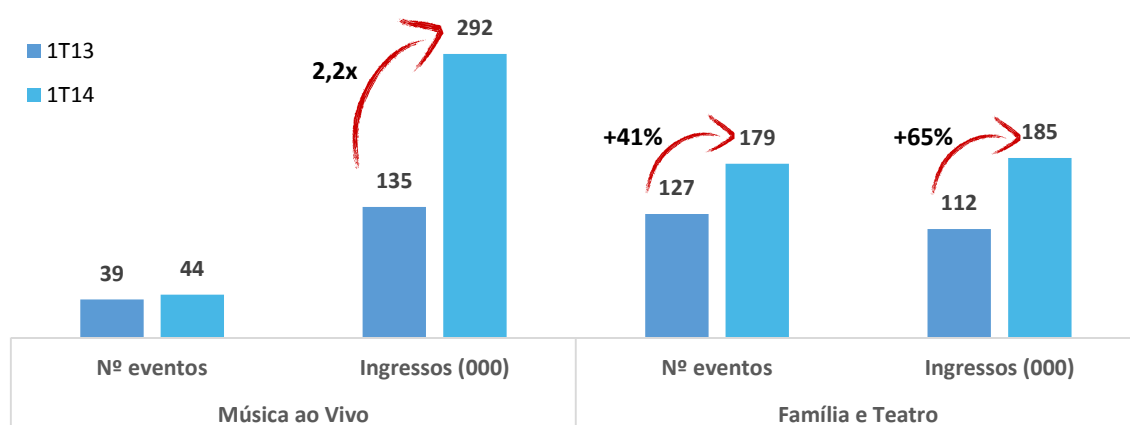
Mensagem da Administração

Prezados acionistas e agentes do mercado:

Apresentamos a seguir os comentários sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2014 (1T14). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

Comentário sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Indicadores Operacionais



No 1T14 promovemos 223 eventos de música ao vivo, teatro e família e comercializamos 477 mil ingressos. Comparados ao 1T13, o número de eventos promovidos aumentou 34% e o número de ingressos vendidos quase dobrou.

Em música ao vivo, o aumento de 5 shows representou o aumento de 2,2x no público pagante com realização da turnê do Metallica com 4 shows *outdoor* sendo: 1 show em São Paulo, 2 em Buenos Aires e 1 em Santiago, ao passo que no 1T13 foram realizados apenas shows *indoor*.

Em família e teatro o número de eventos aumentou 41% em relação ao 1T13 e o público pagante 65% passando de 112 mil no 1T13 para 185 mil no 1T14. Esse melhor desempenho em número de eventos e em ingressos vendidos é reflexo do maior número de apresentações do Cirque du Soleil e de O Rei Leão. Em relação ao Cirque du Soleil, no 1T13, finalizamos em fevereiro a turnê do espetáculo Varekai em Lima no Peru, e no 1T14 apresentamos a turnê do Corteo nas cidades do Rio Janeiro (janeiro e fevereiro) e Porto Alegre (março). Em teatro, também houve crescimento, pois continuamos no 1T14 com as apresentações de O Rei Leão no Teatro Renault, ao passo que no 1T13 o mesmo iniciou-se somente na última semana de março e A Família Addams no Rio de Janeiro teve um número reduzido de apresentações.

Comentário do Desempenho

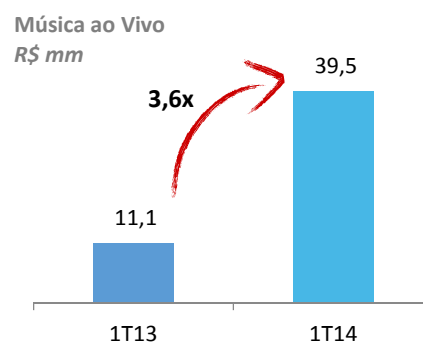
Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ 000)	1T13	1T14	Var. %
Promoção de Eventos	26.139	67.223	157%
Música ao Vivo	11.117	39.497	255%
Eventos Família e Teatro	13.055	26.752	105%
Eventos Esportivos	1.967	973	-51%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	17.940	24.632	37%
Patrocínio	14.989	16.185	8%
Promoção de Eventos	10.253	11.383	11%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	4.736	4.802	1%
TOTAL	59.068	108.041	83%

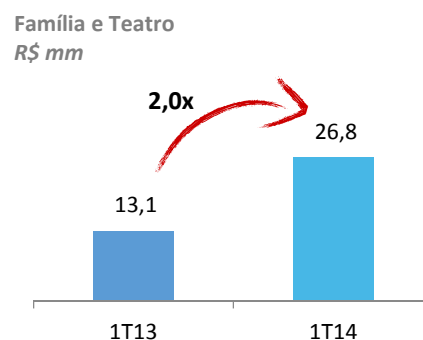
A receita líquida no 1T14 totalizou R\$108,0 milhões, apresentando crescimento de 83% quando comparado ao 1T13 (R\$59,1 milhões).

A receita líquida na promoção de eventos aumentou 157% no período, atingindo R\$67,2 milhões versus R\$26,1 milhões no 1T13.

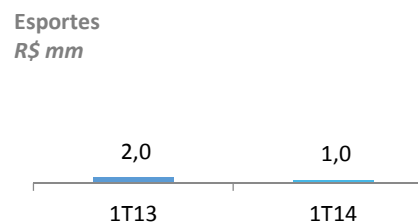
Em música ao vivo a receita líquida cresceu 3,6x, passando de R\$11,1 milhões no 1T13 para R\$39,5 milhões no 1T14. Este importante crescimento é explicado pela realização da turnê do Metallica na América do Sul, que contou com grande sucesso de público e bilheteria. Além disso, também realizamos as apresentações de artistas *indoor* como Laura Pausini, Hugh Laurie, Paralamas do Sucesso, Roupas Nova, Zezé Di Camargo e Luciano, Victor e Léo, Luan Santana, Ana Carolina, entre outros.



Em eventos de família e teatro a receita líquida dobrou, passando de R\$13,1 milhões no 1T13 para R\$26,8 milhões no 1T14, resultado do maior número de apresentações do Corteo e de O Rei Leão. Porém, conforme comentado em divulgações anteriores, o aumento no número de apresentações do Corteo não se reverteu em aumento proporcional de bilheteria, resultando em significativa corrosão das margens.



Em esportes a receita líquida diminuiu de R\$2,0 milhões no 1T13 para R\$1,0 milhão no 1T14, devido ao calendário das 12 provas da Stock Car. Enquanto no 1T13 foram realizadas duas provas, no 1T14 foi realizada apenas uma etapa da temporada.



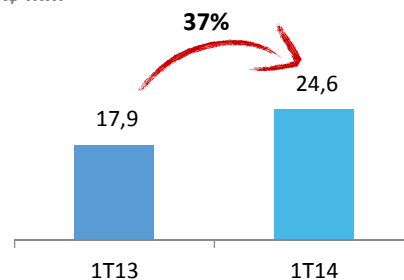
Comentário do Desempenho

A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e *venues* apresentou crescimento de 37% no 1T14, atingindo R\$24,6 milhões, versus R\$17,9 milhões no 1T13. Este crescimento é decorrente, principalmente, da receita do serviço de taxa de conveniência na venda de ingressos de importantes conteúdos: tais como Metallica, Lollapalooza, One Direction e Eddie Vedder, além da venda de A&B e merchandising para os shows realizados e o aluguel de nossas casas de espetáculos para terceiros.

A receita líquida proveniente de patrocínios alcançou R\$16,2 milhões no 1T14, com crescimento de 8% sobre 1T13, aumento decorrente das plataformas de shows de música internacional *outdoor* e *indoor*, considerando-se a apropriação como decorrência da entrega de benefícios aos patrocinadores.

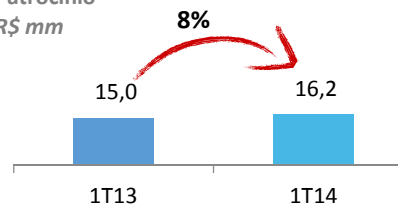
Op. Bilheteria, A&B e Venues

R\$ mm



Patrocínio

R\$ mm



Resultado Bruto

Resultado Bruto (R\$ 000)	1T13	1T14	Var. %
Resultado Bruto	7.733	(8.838)	n.a.
Margem Bruta (%)	13,1%	-8,2%	n.a.

Apesar do crescimento de 83% em nossa receita total, o resultado bruto foi negativo em R\$8,8 milhões, versus R\$7,7 milhões positivo no 1T13. O resultado negativo do 1T14 é consequência direta de um superdimensionamento na contratação das apresentações do Corteo, que podemos exemplificar melhor por meio da comparação com o Varekai (turnê anterior). Ao compararmos as apresentações do Varekai nas cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre, que realizamos em 2011 e 2012, às apresentações do Corteo no 1T14, chegamos a um aumento de 40 apresentações para as mesmas cidades, porém sem aumento na bilheteria. Adicionalmente, houve aumento significativo nos custos de produção por apresentação por: (i) maior cachê em dólar, potencializado pela desvalorização cambial, e (ii) maiores custos logísticos e de hospedagem, dado que o Corteo é o maior espetáculo em turnê atualmente do Cirque du Soleil.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas (Receitas) Operacionais (R\$ 000)	1T13	1T14	Var. %
Vendas	(918)	(1.517)	65%
Gerais e Administrativas	(21.185)	(18.256)	-14%
Remuneração dos Administradores	(1.319)	(1.249)	-5%
SG&A	(23.422)	(21.022)	-10%
Outras receitas (despesas) operacionais	500	735	47%
Total	(22.922)	(20.287)	-11%
% Total/Receita Líquida	38,8%	18,8%	

Comentário do Desempenho

As despesas com vendas, administrativas e remuneração dos administradores no 1T14 totalizaram R\$21,0 milhões, apresentando queda de 10% quando comparado ao 1T13. O maior dispêndio em vendas acompanhou o desempenho da receita líquida, e apesar da inflação dos últimos 12 meses em 6,15% e dissídio coletivo de 8%, apresentamos importante redução tanto nas despesas gerais e administrativas (14%) quanto na remuneração dos administradores (5%), reafirmando o compromisso da Companhia na readequação de sua estrutura interna, visando maior eficiência.

As outras receitas (despesas) operacionais aumentaram 47% no 1T14 em comparação ao 1T13, principalmente por ajustes de preço de aquisições de participação adicional em controladas.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ 000)	1T13	1T14	Var. %
Resultado Líquido	(15.973)	(22.858)	43%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.941)	(10.946)	n.a.
(+) Resultado Financeiro Líquido	2.725	4.679	72%
(+) Depreciações e Amortizações	2.592	3.730	44%
=EBITDA	(12.597)	(25.395)	102%
Margem EBITDA (%)	-21,3%	-23,5%	-2,2 p.p.

Em consequência aos fatores mencionados acima, o EBITDA no 1T14 ficou negativo em R\$25,4 milhões, versus R\$12,6 milhões negativo no 1T13.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ 000)	1T13	1T14	Var. %
Receitas Financeiras	2.047	1.356	-34%
Juros Ativos	84	91	9%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.953	1.131	-42%
Outros	10	134	n.a.
Despesas Financeiras	(4.566)	(3.544)	-22%
Juros Passivos	(1.099)	(732)	-33%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(2.025)	(1.643)	-19%
Impostos e Outros	(1.442)	(1.169)	-19%
Receitas - Despesas Financeiras	(2.519)	(2.188)	-13%
Variação Cambial	(206)	(2.491)	1109%
Resultado Financeiro Líquido	(2.725)	(4.679)	72%

No 1T14, o resultado financeiro líquido representou dispêndio de R\$4,7 milhões, versus dispêndio de R\$2,7 milhões no 1T13. Essa diferença é explicada principalmente pelo expressivo aumento na variação cambial, que reflete, em sua maioria, a forte desvalorização cambial ocorrida na Argentina no 1T14.

Excluindo-se o efeito da variação cambial do cálculo, o dispêndio das receitas e despesas financeiras diminuiu 13% no 1T14 em relação ao 1T13. A receita financeira líquida ficou menor devido ao menor caixa médio e também em função da nossa política de hedge e, conseqüentemente, manutenção de parcela maior dos recursos aplicados em dólares. Por outro lado, houve também da redução das despesas financeiras, principalmente com juros, devido à redução no saldo devedor de Debêntures.

Comentário do Desempenho

Resultado Líquido

Resultado Líquido (R\$ 000)	1T13	1T14	Var. %
Resultado Antes de Impostos	(17.914)	(33.804)	89%
(-) IRRF e CSSL (Corrente e Diferido)	1.941	10.946	n.a.
Resultado Líquido do Exercício	(15.973)	(22.858)	43%

Em decorrência das explicações anteriormente mencionadas, o resultado do 1T14 apresentou prejuízo de R\$22,9 milhões, versus prejuízo de R\$16,0 milhões no 1T13.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	1T13	4T13	1T14	Var. % (1T14/4T13)
Ativo	140,2	192,6	203,2	5%
Contas a Receber	89,7	95,0	84,7	-11%
Estoques	2,0	2,2	2,4	7%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	48,4	95,4	116,1	22%
Passivo	108,2	207,0	241,8	17%
Fornecedores	51,3	89,2	91,0	2%
Adiantamento de Clientes	57,0	117,8	150,8	28%
Capital de Giro	32,0	(14,3)	(38,6)	170%

No 1T14 apresentamos capital de giro negativo de R\$38,6 milhões, versus R\$14,3 milhões negativo no 4T13.

Contas a receber encerrou o 1T14 totalizando R\$84,7 milhões, diminuição de 11% em comparação ao 4T13. O menor prazo na venda dos ingressos (em até 3x) contribuiu para que o contas a receber não aumentasse, mesmo com importante aumento na conta adiantamento de clientes.

As contas adiantamento a fornecedores e custos antecipados encerraram o 1T14 totalizando R\$116,1 milhões, crescimento de 22% em comparação ao 4T13, principalmente devido ao pagamento antecipado de parte do cachê artístico e custos de produção dos eventos contratados para o 2T14, principalmente Lollapalooza e One Direction.

A conta fornecedores totalizou R\$91,0 milhões no 1T14, em linha com o 4T13 e, a conta adiantamento de clientes encerrou o 1T14 em R\$150,8 milhões, com crescimento de 28% em comparação ao 4T13, refletindo a boa performance de vendas dos eventos futuros.

Comentário do Desempenho

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	1T13	4T13	1T14	Var. % (1T14/4T13)
Fluxo de Caixa Operacional	(4,0)	(16,3)	(22,0)	35%
Fluxo de Caixa de Investimento	(2,0)	(5,7)	(1,5)	n.a.
Fluxo de Caixa de Financiamento	(14,3)	3,1	(22,0)	n.a.
Variação Cambial sobre Saldos de Caixa	1,1	(0,4)	2,3	n.a.
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	130,5	148,3	105,0	-29%
Empréstimos e Financiamentos - CP	60,0	48,9	46,9	-4%
Empréstimos e Financiamentos - LP	37,5	18,8	-	-100%
Endividamento total	97,5	67,6	46,9	-31%
Caixa (Dívida) Líquido	33,0	80,7	58,1	-28%

Ao final do 1T14, o caixa totalizou R\$105,0 milhões (R\$118,3 milhões considerando-se o caixa restrito), apresentando queda de 29% em relação ao 4T13, explicada pelas variações abaixo:

- Caixa operacional: houve consumo de R\$22 milhões no 1T14, devido principalmente à realização da turnê do Metallica e proximidade do Festival Lollapalooza e One Direction, que tiveram a maior parte da bilheteria recebida em 2013, porém com seus custos sendo efetivamente realizados próximos à data do show.
- Investimentos: foram gastos R\$1,5 milhão na adequação e manutenção de nossas casas de espetáculos, com destaque para a instalação do ar condicionado no Chevrolet Hall, além da aquisição de máquinas e equipamentos.
- Financiamento: dispendemos R\$22,0 milhões, dos quais destacamos: R\$19,9 milhões na amortização de principal e juros das debêntures, e R\$1,6 milhão na aquisição de ações SHOW3, através do programa de recompra (totalizando 1.472.300 ações em tesouraria no final do 1T14).

Com isso, encerramos o 1T14 com: (i) endividamento total de R\$46,9 milhões, queda de 31% em relação ao 4T13 (R\$67,6 milhões) e 52% em relação ao 1T13 (R\$97,5 milhões), e (ii) caixa líquido de R\$58,1 milhões, queda de 28% em relação ao 4T13 (R\$80,7 milhões) e aumento de 76% em relação ao 1T13 (R\$33,0 milhões).

Pipeline de Eventos

▪ Música ao Vivo

O 2T14 continua muito ativo em música ao vivo *outdoor*. Em abril promovemos 2 dias da 3ª edição do festival Lollapalooza, no Autódromo de Interlagos, em um amplo espaço com diversas atrações, mais de 50 bandas, e uma inovadora praça de alimentação. Com grande sucesso de público e bilheteria, o Lollapalooza, um dos maiores festivais no mundo, consagrou-se também no Brasil como um dos maiores festivais da atualidade. Também em abril, realizamos um show do Paul McCartney em Lima no Peru e, em maio iniciamos a turnê da banda One Direction, com 9 shows distribuídos entre Brasil, Argentina, Chile, Peru e Uruguai.

Em música *indoor*, já temos contratadas mais de 60 apresentações para o 2T14. Em música internacional citamos os artistas: Demi Lovato, Avril Lavigne, Eddie Vedder, Arcade Fire, Placebo, Fall Out Boy, Cage the Elephant, Disclosure e Jake Bugg. Em música nacional, contamos com as apresentações de Ana Carolina, Jota Quest, Zeca Pagodinho, Djavan, Roupas Nova, Victor e Leo, Luan Santana, entre outros.

Comentário do Desempenho

Para o 2S14 estamos em negociação com consagrados artistas, que esperamos anunciar em breve.

▪ Eventos Família e Teatro

No Teatro Renault, seguiremos promovendo o musical O Rei Leão até o final de 2014.

Estreamos em março no Teatro Ohtake, o musical Jesus Cristo Superstar, versão moderna da aclamada ópera rock da Broadway, que ficará em cartaz até o final de maio de 2014.

A 5ª temporada do Cirque du Soleil – Corteo, encerrou em 13 de abril as apresentações no Brasil, na cidade de Porto Alegre. Estreou em 02 de maio em Córdoba na Argentina, seguindo para Buenos Aires em junho, Santiago em agosto e Lima no Peru em outubro.

Realizamos, com grande sucesso, a 7ª temporada de Disney on Ice – Passaporte para Aventuras na cidade do Rio de Janeiro e iniciamos, em 07 de maio, as apresentações na cidade de São Paulo.

▪ Eventos Esportivos

Realizamos entre abril e início de maio 2 etapas da Copa Schin Stock Car e 2 provas da Copa Petrobras de Marcas. Para os próximos meses, seguiremos com mais 9 etapas da Copa Schin Stock Car, 6 da Copa Petrobras de Marcas, e estaremos o campeonato Mercedes-Benz Challenge, com 8 etapas.

Ao todo, somando-se música ao vivo, eventos família e teatro, já temos mais de 900 mil ingressos vendidos, o equivalente a 2,2x o mesmo período do ano passado.

Considerações Finais

Em cumprimento às disposições da Instrução CVM 381, a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A Companhia adota como política atender à regulamentação que define as restrições de serviços a serem prestados pelos auditores independentes às companhias abertas. No 1T14 não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços que não aqueles de auditoria externa.

* * *

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Citibank Hall, Teatro T4F e Teatro Renault, em São Paulo, Citibank Hall, no Rio de Janeiro, Chevrolet Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 27).

j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. ("ADTSPE"), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Notas Explicativas

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software, marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Notas Explicativas

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

Notas Explicativas

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

u) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de

Notas Explicativas

apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;
 - ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
 - iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial sobre investimento líquido no exterior”.
- v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

- (1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.
- (2) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.
- (3) Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Notas Explicativas

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 28) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). A Companhia não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 31 de março de 2014.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

x) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 31).

Notas Explicativas

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

z) Apresentação do resultado por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - Resultado por Ação, o resultado por ação deve ser apresentado como básico e diluído (nota explicativa nº 34).

aa) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

bb) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 31 de março de 2014, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de março de 2014. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Notas Explicativas

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável. Nenhuma evidência foi identificada que justificasse a contabilização de provisão.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

g) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos monetários de curto e longo prazo sujeitos à avaliação a valor presente e concluiu que não é aplicável.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

<u>Controladas diretas</u>	<u>Participação - %</u>		<u>Controladas indiretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/3/2014</u>	<u>31/3/2013</u>		<u>31/3/2014</u>	<u>31/3/2013</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99	Pop Art S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S	100,00	100,00	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Aurolights Equipamentos e Produção de E	69,48	69,48	T4F Entretenimientos Argen	100,00	100,00
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	99,99	-			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2014 e de 2013 e a receita líquida dos trimestres findos em março de 2014 e de 2013:

Notas Explicativas

Saldos em 31 de março:

Controladas:	31/3/2014			31/3/2013		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Área Marketing Brasil Ltda.	2.663	2.540	-	1.934	140	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	19.312	3.318	1.102	22.610	2.542	1.430
Metropolitan Empreendimentos S.A.	12.141	6.235	1.515	13.780	6.074	1.479
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	9.928	3.526	5.801	14.217	2.253	2.020
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	144.212	120.666	26.411	101.496	57.869	10.849
T4F USA Inc.	5.683	4.170	-	1.365	1	-
Ticket Co. SpA	100.681	95.567	1.364	60.990	3.779	621
Vicar Promoções Desportivas S.A.	24.621	8.750	3.637	27.103	6.892	4.584
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	12.194	12.235	-	-	-	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional, marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (58,1%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), Pop Art S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Ticketmaster Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (3,1%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), Pop Art S.A. (5%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. - tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.

Notas Explicativas

T4F Entrenimientos PERU S.A.C. - tem como principal objetivo a organização de eventos e espetáculos artísticos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	24.817	3.973	40.258	24.299
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a)	-	-	8.566	14.581
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	10.549	2.775	13.813	8.666
Operação compromissada - DI (b)	32.973	55.615	42.334	67.853
Time Deposit (c)	-	32.910	-	32.910
Total	68.339	95.273	104.971	148.309

a) Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,74% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básica do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDB e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 90% a 101,5% da variação do CDI (92,5% a 101% em 31 de dezembro de 2013), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDB são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 0,15% a 0,45% ao ano sem prejuízo de resgate. Essa aplicação foi resgatada no primeiro trimestre de 2014.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa na controladora é de R\$13.105 e no consolidado é de R\$13.324 (R\$15.628 em 31 de dezembro de 2013). Em 31 de março de 2014, estavam aplicados R\$1.911 em CDB a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxa média de 96% da variação do CDI. O valor remanescente era mantido em conta corrente.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Clientes faturados (i)	16.317	8.056	41.817	37.804
Bilheteria (ii)	20.573	20.593	31.737	29.429
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	7.991	19.679	14.263	30.755
Total das contas a receber	44.881	48.328	87.817	97.988
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(388)	(192)	(3.080)	(3.004)
Total	44.493	48.136	84.737	94.984

Notas Explicativas

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
A vencer:	36.326	47.429	61.122	75.696
Vencidas:				
Até 30 dias	4.103	488	13.453	13.567
De 31 a 60 dias	2.970	2	3.989	3.674
De 61 a 90 dias	1.088	32	1.930	1.106
De 91 a 180 dias	47	186	2.465	622
Há mais de 180 dias	347	191	4.858	3.323
Total das contas a receber	44.881	48.328	87.817	97.988

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2013	192	3.004
(+) Adições	243	704
(-) Reversões e baixas	(47)	(628)
Saldos em 31 de março de 2014	388	3.080

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
IRPJ/CSLL - antecipações	34	34	8.159	8.832
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6.397	5.091	8.811	7.633
Programa de Integração Social - PIS	139	2	200	64
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	649	-	930	285
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	2.831	2.921
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	1.561	2.607
Outros	1.326	399	2.795	1.672
Total	8.545	5.526	25.287	24.014

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

Notas Explicativas**10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	11.968	25.120	24.236	33.032
Outros	242	123	6.651	5.391
Total	12.210	25.243	30.887	38.423

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Eventos, shows e espetáculos contratados	34.089	15.505	83.093	54.919
Outros	467	583	2.080	3.446
Total	34.556	16.088	85.173	58.365
Circulante	34.556	14.730	85.173	57.007
Não circulante	-	1.358	-	1.358

12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

Notas Explicativas

12.1. Transações com empresas do Grupo em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

Controladora:

Categoria	31/3/2014			31/12/2013			
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) financeira	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) financeira	
Área Marketing Brasil Ltda. (iv)	Controlada	2.470	-	-	1.300	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	Controlada	712	180	-	108	576	-
B.A. Inversiones S.A.	Controlada	282	-	(77)	358	-	(56)
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	5.476	-	(281)	5.100	-	322
F.A. Comércio e Participações S.A. Metropolitan	Acionista	76	-	1	74	-	10
Empreendimentos S.A.	Controlada	348	1.389	-	938	1.019	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	531	-	15	694	-	65
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	-	1.293	-	-	1.290	-
T4F Chile S.A. (iii)	indireta	866	12.873	(415)	884	13.269	1.990
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	Controlada	901	1.308	(199)	910	1.354	(53)
T4F Inversiones S.A. (i)	Controlada	9.110	-	(2.095)	11.779	-	309
T4F USA Inc. (v)	Controlada	2.132	-	26	5.619	338	43
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	172	19	-	100	159	-
Total		23.076	17.062	(3.025)	27.865	18.005	2.630

Consolidado:

Categoria	31/3/2014		31/12/2013		
	Ativo não circulante	Receita (Despesa) financeira	Ativo não circulante	Receita financeira	
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	9.653	(147)	9.163	811
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	160	-	157	18
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	531	5	694	65
Total		10.344	(142)	10.014	172

Notas Explicativas

(i) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Inversiones S.A., no montante de AR\$25.654 mil. O montante é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e juros de 1%, o qual será pago à controladora em até cinco anos. No entanto, tendo em vista que atualmente a controlada possui algumas restrições de remessas de recursos para o exterior, como decorrência das medidas econômicas adotadas pelo governo Argentino, tal contrato está sendo tratado como parte do investimento líquido nessa controlada de modo que a respectiva variação cambial está contabilizada no Patrimônio Líquido na rubrica "Resultados abrangentes". No passivo, é representado por valores a pagar referentes a serviços de produção.

(ii) A Companhia e suas controladas mantem, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, conforme período contratual. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos e esses são atualizados pela variação do CDI mais sobretaxa de juros, equivalentes àquelas observadas nas debêntures.

(iii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000 mil, parcialmente amortizado em 2012. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

(iv) Em 31 de março de 2014, a relacionada possui saldos a receber em decorrência de contratos de patrocínios firmados no período.

(v) Em 31 de março de 2014, a controlada recebeu valores para pagamento de custos da operação no período.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Remuneração Fixa	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013	31/3/2014	31/3/2013
Conselho de Administração	68	55	69	55
Conselho Fiscal	-	57	-	57
Diretores estatutários	929	929	1.180	1.207
Total	997	1.041	1.249	1.319

No primeiro trimestre de 2014, não houve remuneração variável dos administradores.

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2014 foi fixado em R\$8.984.

Notas Explicativas

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de março de 2014

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio	Lucro	Participação	Equivalência	Investimentos
	líquido (passivo a descoberto)	(prejuízo) líquido do período		patrimonial 31/3/2014	em controladas 31/3/2014
Área Marketing Brasil Ltda.	123	21	99,99	21	122
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	15.994	(1.368)	69,48	(950)	11.113
Metropolitan Empreendimentos S.A.	5.906	(1.484)	99,99	(1.483)	5.906
T4F Entretenimientos Argentina S.A	(8.816)	(3.199)	38,87	(1.244)	(3.427)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	6.402	1.939	99,99	1.939	6.402
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	26.973	93	100,00	93	26.974
T4F USA Inc.	1.513	(58)	100,00	(58)	1.513
Ticket Co. SpA.	5.114	132	100,00	132	5.114
Vicar Promoções Desportivas S.A.	15.871	162	85,00	138	13.490
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(41)	(41)	99,99	(41)	(41)
Total				<u>(1.453)</u>	<u>67.166</u>

a.1) 31 de dezembro de 2013

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio	Lucro	Participação	Investimentos
	líquido (passivo a descoberto)	(prejuízo) líquido do exercício		
Área Marketing Brasil Ltda.	101	(478)	99,99	101
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	17.362	(3.541)	69,48	12.063
Metropolitan Empreendimentos S.A.	7.391	(1.553)	99,99	7.390
T4F Entretenimientos Argentina S.A	(7.753)	(65)	38,20	(3.014)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	11.183	12.994	99,99	11.182
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	29.441	(18.369)	100,00	29.441
T4F USA Inc.	1.619	(11)	100,00	1.619
Ticket Co. SpA.	5.420	2.445	100,00	5.420
Vicar Promoções Desportivas S.A.	15.709	(2.144)	85,00	13.352
Total				<u>77.554</u>

Notas Explicativas

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 31 de março de 2014 e em 2013.

	Controladora 31/3/2014	Controladora 31/3/2013
Saldo inicial do investimento líquido	77.554	94.219
Equivalência patrimonial	(1.453)	(13.871)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	(2.216)	(323)
Dividendos de controladas	(6.719)	-
Saldo final do investimento líquido	<u>67.166</u>	<u>80.025</u>

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.(iv)	83.204	83.204	83.204	83.205
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	4.281	5.447
Total	<u>130.488</u>	<u>130.488</u>	<u>134.769</u>	<u>135.936</u>

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

Em 1º de abril de 2013, a Companhia adquiriu de acionista minoritário uma participação adicional de 10% do capital social da controlada por R\$3.439, gerando um ágio total de R\$1.654.

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de negócios uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; portanto, a Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Notas Explicativas

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.

(v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de “Purchase Price Allocation (PPA)”. Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$ 1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

Em 31 de dezembro de 2013, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o próximo quinquênio.

14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	301	383
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	76.109	75.183	98.861	99.721
Móveis e utensílios	5.296	5.277	10.005	10.249
Máquinas e equipamentos	11.991	11.649	32.221	31.712
Equipamentos de processamento de dados	7.486	7.475	11.665	11.862
Estruturas	6.733	6.733	17.628	17.410
Veículos	661	661	5.778	5.610
Adiantamento de imobilizado	181	181	188	188
Total	108.457	107.159	176.647	177.135

Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
		Depreciação acumulada:			
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(72.296)	(72.009)	(89.150)	(89.971)
Móveis e utensílios	6	(2.852)	(2.755)	(6.107)	(6.129)
Máquinas e equipamentos	7	(5.835)	(5.661)	(14.586)	(13.822)
Equipamentos de processamento de dados	17	(5.102)	(4.891)	(8.619)	(8.753)
Estruturas	10 e 50	(3.643)	(2.737)	(6.468)	(5.224)
Veículos	20	(499)	(484)	(2.904)	(2.643)
Total		(90.227)	(88.537)	(127.834)	(126.542)

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
	Imobilizado líquido:			
Terrenos	-	-	301	383
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	3.813	3.174	9.711	9.750
Móveis e utensílios	2.444	2.522	3.898	4.123
Máquinas e equipamentos	6.156	5.988	17.635	17.890
Equipamentos de processamento de dados	2.384	2.584	3.046	3.109
Estruturas	3.090	3.996	11.160	12.186
Veículos	162	177	2.874	2.967
Adiantamento de imobilizado	181	181	188	185
Total	18.230	18.622	48.813	50.593

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação no montante de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
		Custo	-	6.744	6.691
Amortização	20	(4.205)	(3.928)	(8.281)	(9.011)
Total		2.539	2.763	3.441	3.891

Notas Explicativas

c) Composição do imobilizado

Controladora:

	31/3/2014		31/12/2013
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-
Móveis e utensílios	763	(373)	390
Máquinas e equipamentos	2.271	(739)	1.532
Equipamentos de processamento de dados	235	(150)	85
	<u>28.603</u>	<u>(26.596)</u>	<u>2.007</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(682)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.325</u>
			<u>1.347</u>

Consolidado:

	31/3/2014		31/12/2013
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-
Móveis e utensílios	1.341	(790)	551
Máquinas e equipamentos	4.062	(1.841)	2.221
Equipamentos de processamento de dados	325	(235)	90
	<u>31.062</u>	<u>(28.200)</u>	<u>2.862</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(973)
Eliminações do consolidado (i)			(564)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.325</u>
			<u>1.347</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

Notas Explicativas

d) Muta  o do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Saldo inicial	18.622	12.628	50.593	48.830
Adi��es:				
Obras civis, instala��es e benfeitorias em propriedade de terceiros	926	2.219	940	3.202
M��veis e utens��lios	19	572	33	678
M��quinas e equipamentos	289	887	638	2.511
Equipamentos de processamento de dados	13	1.235	4	1.462
Estruturas	-	6.409	218	6.597
Ve��culos	-	-	172	218
Adiantamento de imobilizado	29	49	29	49
Total de adi��es	1.276	11.371	2.034	14.717
Baixas l��quidas	-	(54)	229	-
Deprecia��o	(1.666)	(5.323)	(3.425)	(12.494)
Efeitos de varia��o cambial	-	-	(618)	(460)
	(1.666)	(5.377)	(3.814)	(12.954)
Saldo final	18.232	18.622	48.813	50.593

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$832, em decorrência de execu  es fiscais e reclama  es trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em constru  o/andamento que justifique a capitaliza  o de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 31 de março de 2014, há aproximadamente R\$4.518, ainda em uso, totalmente depreciados.

Em fun  o da reavalia  o efetuada no exercício de 2007, a Companhia considera que o valor dos seus ativos aproximam-se dos valores justos.

e) Muta  o do intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Saldo inicial	2.763	2.634	3.891	4.006
Adi��es:				
Software	54	704	130	907
Amortiza��o (*)	(278)	(564)	(340)	(957)
Baixas l��quidas	-	(11)	(240)	(65)
Saldo final	2.539	2.763	3.441	3.891

(*) A amortiza  o    contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa n   23.b).

Notas Explicativas

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Fornecedores nacionais	37.819	28.042	71.785	59.329
Fornecedores estrangeiros	1.562	612	19.240	29.877
Total	39.381	28.654	91.025	89.206

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Debêntures (a)	CDI + 2,09%	37.572	57.922	37.572	57.922
Empréstimo (b)	Pesos argentinos + 23,75%	-	-	9.305	9.703
Total		37.572	57.922	46.877	67.625
Parcela do passivo circulante		37.572	39.172	46.877	48.875
Parcela do passivo não circulante		-	18.750	-	18.750

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010 o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

a.1) Em 31 de março de 2014, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:

i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.

ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.

iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.

iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15.000.

v) Alteração no controle acionário direto ou indireto sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas.

Notas Explicativas

vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.

vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.

viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto em Lei.

ix) Redução de capital social em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.

x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.

ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

b) Empréstimos e financiamentos

As controladas argentinas adquiriram linha de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows internacionais.

A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática. Em 31 de março de 2014, a controlada adquirente, T4F Entretenimientos Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas.

Notas Explicativas**17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
COFINS a recolher	-	1.098	277	1.529
PIS a recolher	-	498	63	594
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.109	4.901	4.610	5.496
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	4.725	4.659
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	811	399	1.031	619
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	213	67
IVA - imposto de valor agregado	-	-	343	18
ICMS a recolher - faturamento	-	-	43	-
INSS de terceiros a recolher	230	341	240	369
IRRF de terceiros a recolher	44	43	227	7.417
Outros	214	237	725	41
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	521	759
Passivo circulante	<u>5.408</u>	<u>7.517</u>	<u>13.018</u>	<u>21.568</u>
Parcelamento de ISS (b)	-	-	216	216
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	4.334	4.762	4.676	5.104
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	380	579
Passivo não circulante	<u>4.334</u>	<u>4.762</u>	<u>5.272</u>	<u>5.899</u>

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 31 de março de 2014, o saldo remanescente era de R\$3.967.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de março de 2014 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.177.

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

Notas Explicativas

(d) Em 31 de março de 2014 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (duas adesões de parcelamento, feitas em 2009 e 2010, com período total negociado de 60 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 11 e 14 meses respectivamente) e; (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 68 meses); (iii) imposto sobre Previdência Social (adesão feita em junho de 2013 referente ao período de fevereiro de 2007 e a novembro de 2008, com período total negociado de 90 meses e saldo remanescente a ser liquidado em 83 meses).

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Contratos de “naming rights” (a)	-	-	2.969	536
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	16.847	10.716	36.871	12.969
Eventos privados (b.2)	722	486	969	1.431
Vendas antecipadas de ingressos (c)	65.870	59.020	109.250	102.762
Intermediação de shows	472	10	733	52
Passivo circulante	<u>83.911</u>	<u>70.232</u>	<u>150.792</u>	<u>117.750</u>

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (lei Rouanet).

Notas Explicativas

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica “Caixa restrito” (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor		
		aprovado	31/3/2014	31/12/2013
O Rei Leão - Temporada 2013	12 6769	11.702	-	1.278
Billy Elliot	13 0162	3.858	-	56
O Rei Leão - Temporada 2014	13 8378	13.761	8.401	10.506
Jesus Cristo Superstar	13 8312	5.703	27	1.447
Total		<u>35.025</u>	<u>8.428</u>	<u>13.287</u>

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	31/12/2013	Adições	Baixas	31/3/2014
	O Rei Leão - Temporada 2013	1.278	343	(1.621)
Billy Elliot	56	-	(56)	-
O Rei Leão - Temporada 2014	10.506	-	(2.105)	8.401
Jesus Cristo Superstar	1.447	-	(1.420)	27
Total	<u>13.287</u>	<u>343</u>	<u>(5.202)</u>	<u>8.428</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Trabalhistas	4.174	3.936	5.571	5.481
Cíveis	12.516	12.562	13.624	13.675
Tributários	145	-	1.497	1.864
Total	<u>16.835</u>	<u>16.498</u>	<u>20.692</u>	<u>21.020</u>
Circulante	877	879	877	879
Não circulante	15.958	15.619	19.816	20.141

Notas Explicativas

20.1) Provisões tributárias

Em 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$73.825 (R\$48.909 em 31 de dezembro de 2013).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de março de 2014, o montante global desses processos classificados como perda possível, era de aproximadamente R\$4.915.

b) Em abril de 2011 a Companhia foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que exige o pagamento de valores a título de ISS, incidente quando da venda de ingressos para shows de artistas nacionais e peças de teatro realizadas nas casas de espetáculos administradas pela Companhia, em São Paulo. O valor global discutido nos autos de infração lavrados é de R\$5.314, para 31 de março de 2014. Foi determinada a extinção dos processos administrativos diante da discussão judicial via Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, no qual se obteve liminar e decisão de mérito favorável à isenção do pagamento do tributo, conforme previsto em lei. Há recurso pendente de julgamento e de acordo com os assessores jurídicos a probabilidade de perda é possível.

c) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2013, o valor atualizado do processo é R\$9.717.

d) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou impugnação e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2014, o valor envolvido é de R\$4.095.

e) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração citados, e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2014, o valor atualizado dos dois processos é de R\$9.088.

Notas Explicativas

f) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$12.435, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bi-tributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, em montante estimado de R\$6.732, e remota para o item (ii), em montante estimado de R\$5.703, para a data base de 31 de março de 2014.

g) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração lavrado, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2014, o valor atualizado do débito lançado é de R\$14.561.

20.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de março de 2013 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$15.477 (R\$14.956 em 31 de dezembro de 2013).

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processo em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, cuja probabilidade de perda é classificada como provável, em 31 de março de 2014 encontrava-se em fase de execução, sendo que os cálculos do perito da Companhia apuraram eventual crédito do reclamante em aproximadamente R\$100. Não obstante, o valor estimado é de R\$2.247.

b) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, onde o reclamante questiona diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa, sendo que o processo aguarda instrução e julgamento. O valor estimado é de aproximadamente R\$4.990, cuja probabilidade de perda é possível.

c) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração variável dos anos de 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A Companhia apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado em 31 de março de 2014 é de R\$2.052, cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de março de 2014 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$58.496 (R\$57.163 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$33.534 em 31 de março de 2014 (correspondente a terça parte do total pleiteado), conforme descrito a seguir: se refere a ação de cobrança de multa, por alegado não cumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência. Em fevereiro de 2011 foi proferida sentença julgando a ação totalmente improcedente. Atualmente aguarda-se julgamento definitivo de todos os recursos apresentados pelas partes.

b) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de março de 2014 é de aproximadamente R\$1.446 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível.

c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas (“ACP”) propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo tendo sido atribuído à causa o valor de R\$632, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de conveniência e procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de entrega. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação. Aguarda-se julgamento de recurso das partes; e (ii) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$639, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de “Quidam”, nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$614, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$200, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível.

Notas Explicativas

e) A Companhia é parte passiva, juntamente com “Os Independentes”, em ação proposta pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo em agosto de 2008, para discutir as políticas de venda de ingressos com o desconto de 50% para estudantes, no evento denominado “53ª Festa do Peão de Barretos”, cujo valor da causa é de R\$500. A Companhia é responsável solidária no que concerne ao cumprimento de tal obrigação. Há recurso pendente de julgamento e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é provável, mas o valor de condenação deverá ser apurado em liquidação de sentença.

f) A Companhia é parte passiva em ação na qual se pleiteia indenização por danos materiais e lucros cessantes decorrentes de suposta prática de concorrência desleal. O valor atribuído à causa, atualizado, em 31 de março de 2014 é de R\$15.326. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

g) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de março de 2014 o valor em discussão é de R\$877. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

h) A Companhia figura como parte ativa da ação renovatória de contrato de locação do Citibank Hall – São Paulo, anteriormente denominado Credicard Hall. Em maio de 2012 foi prolatada a sentença, tendo sido a ação julgada procedente, para declarar a renovação do contrato de locação a partir de 15 de janeiro de 2010 pelo prazo adicional de 12 (doze) anos, permanecendo, entretanto, a obrigação de pagamento de diferenças de alugueres que, do período de janeiro de 2010 até junho de 2012, é estimada em R\$11.919, a qual encontra-se integralmente provisionada.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de março de 2014, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$9.654 (R\$6.703 em 31 de dezembro de 2013).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/2013	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	31/3/2014
Trabalhistas	3.936	101	-	136	4.174
Cíveis	12.562	16	(62)	0	12.516
Tributário	-	145	-	-	145
Total	16.498	262	(62)	136	16.835

Consolidado	31/12/2013	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação	31/3/2014
Trabalhistas	5.481	204	(51)	134	(198)	5.571
Cíveis	13.675	125	(62)	124	(239)	13.624
Tributário	1.864	(14)	-	2	(353)	1.498
Total	21.020	315	(113)	260	(790)	20.693

Notas Explicativas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de março de 2014, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 69.791.465 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Por deliberação dos órgãos da administração, em decorrência do prejuízo incorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não fará a distribuição de dividendos referentes aos resultados deste exercício, assim como no exercício de 2012.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 31).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de novembro de 2013, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de até 4.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento (“Programa de Recompra” ou “Programa”). A posição das ações em tesouraria adquiridas em função do Programa em 31 de março de 2014 encontra-se abaixo:

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)*
1.472.300	7.234	4,14	4,91	5,15	7.038

*De acordo com a cotação de fechamento em 31 de março de 2014 no valor de R\$4,78 por ação.

Enquanto mantidas em tesouraria, essas ações não têm direitos patrimoniais e/ou políticos. As ações permaneceram em tesouraria, para posterior alienação ou cancelamento conforme determinado no Programa.

Notas Explicativas**22. RECEITA LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013	31/3/2014	31/3/2013
Receita bruta:				
Serviços	78.340	43.305	115.260	63.002
Produtos	121	339	7.105	3.220
Impostos incidentes	(10.133)	(5.559)	(14.324)	(7.154)
Receita líquida	<u>68.328</u>	<u>38.085</u>	<u>108.041</u>	<u>59.068</u>

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013	31/3/2014	31/3/2013
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 24)	(6.809)	(8.856)	(10.958)	(13.321)
Serviços de terceiros	(4.347)	(3.831)	(5.449)	(5.766)
Utilidades e facilidades	(648)	(1.007)	(1.307)	(1.818)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(196)	(2)	(407)	(557)
Outras despesas operacionais	(236)	(330)	(1.383)	(1.042)
Despesas operacionais	<u>(12.236)</u>	<u>(14.026)</u>	<u>(19.505)</u>	<u>(22.504)</u>
Gerais e administrativas	(11.239)	(12.985)	(18.256)	(21.185)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	(997)	(1.041)	(1.249)	(1.319)
Total das despesas por natureza	<u>(12.236)</u>	<u>(14.026)</u>	<u>(19.505)</u>	<u>(22.504)</u>

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013	31/3/2014	31/3/2013
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(45.324)	(8.856)	(63.265)	(21.893)
Transportes e locações	(10.165)	(2.558)	(11.667)	(4.076)
Serviços de terceiros	(6.756)	(5.264)	(8.060)	(6.290)
Viagens e locomoção	(6.289)	(1.072)	(6.329)	(1.150)
Utilidades e facilidades	(4.984)	(3.412)	(6.974)	(4.134)
Mídia e publicidade	(3.683)	(1.064)	(3.782)	(1.399)
Depreciação e amortização	(1.943)	(746)	(4.345)	(2.592)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 24)	(2.277)	(394)	(4.280)	(2.016)
Custos de produção	(3.574)	(1.682)	(8.177)	(7.785)
Total	<u>(84.994)</u>	<u>(25.048)</u>	<u>(116.879)</u>	<u>(51.335)</u>

Notas Explicativas**24. DESPESAS COM PESSOAL**

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013	31/3/2014	31/3/2013
Salários e bonificações	(4.765)	(5.575)	(8.381)	(9.781)
Despesa de férias	(477)	(535)	(642)	(726)
Despesa de 13º salário	(353)	(316)	(589)	(545)
Encargos sociais	(1.927)	(1.917)	(3.215)	(2.992)
Constituição de participação nos resultados - bônus	(682)	-	(689)	-
Pagamentos baseados em ações	(155)	(189)	(155)	(189)
Outros benefícios a empregados (i)	(727)	(718)	(1.567)	(1.104)
Total de despesas com benefícios a empregados	(9.086)	(9.250)	(15.238)	(15.337)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(2.277)	(394)	(4.280)	(2.016)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(6.809)	(8.856)	(10.958)	(13.321)
Total	(9.086)	(9.250)	(15.238)	(15.337)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013	31/3/2014	31/3/2013
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(72)	(125)	(732)	(1.099)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(34)	(37)	(669)	(337)
Juros com debêntures	(1.643)	(2.025)	(1.643)	(2.025)
Outras	(418)	(933)	(501)	(1.105)
Total	(2.168)	(3.120)	(3.544)	(4.566)

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013	31/3/2014	31/3/2013
Receitas financeiras:				
Juros ativos	21	35	91	84
Rendimentos de aplicações financeiras	677	1.641	1.131	1.953
Outras	211	7	135	10
Total	909	1.683	1.356	2.047

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013	31/3/2014	31/3/2013
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(2.331)	(135)	(4.038)	(488)
Ativas	1.406	827	1.407	848
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(162)	(533)	(168)	(566)
Ativas	192	-	308	-
Total	(895)	159	(2.491)	(206)

Notas Explicativas**26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013	31/3/2014	31/3/2013
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(734)	(31)	(842)	521
Outras	1.339	195	1.577	(21)
Total	605	164	735	500

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013	31/3/2014	31/3/2013
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(980)	(583)
Despesa de CSLL corrente	-	-	(151)	(95)
IRPJ e CSLL diferidos	10.522	834	12.077	2.619
Total	10.522	834	10.946	1.941

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do período é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013	31/3/2014	31/3/2013
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(32.987)	(16.543)	(33.804)	(17.914)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	11.216	5.625	12.222	6.091
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(147)	(11)	(177)	(15)
Efeitos da mudança de critério de regime da variação cambial	-	-	(895)	-
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	-	(855)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	453	90
Controlada tributada no exterior	-	-	(604)	(3.306)
Resultado de equivalência patrimonial	(494)	(4.716)	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(53)	(64)	(53)	(64)
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	10.522	834	10.946	1.941

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

Notas Explicativas

	31/12/2013	Variação	31/3/2014
<u>Controladora</u>			
Impostos diferidos ativos sobre:			
Não circulante:			
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	26.643	(4.035)	22.608
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65	67	132
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.609	115	5.724
Prejuízos fiscais	27.902	10.466	38.368
Base negativa de CSLL	10.884	3.807	14.691
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(693)	11	(682)
Outras provisões	278	91	369
Total do ativo líquido	<u>70.688</u>	<u>10.522</u>	<u>81.210</u>

	31/12/2013	Variação	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/3/2014
<u>Consolidado</u>				
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	26.643	(4.035)	-	22.608
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.353	476	(592)	1.237
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.188	257	(266)	6.179
Prejuízos fiscais	35.640	12.665	(3.559)	44.746
Base negativa de CSLL	10.884	3.807	-	14.691
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(692)	10	-	(682)
Outras provisões	1.425	(1.254)	1.697	1.868
Total do ativo	<u>81.441</u>	<u>11.926</u>	<u>(2.720)</u>	<u>90.647</u>
Impostos diferidos passivos sobre:				
Não circulante:				
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.547)	152	-	(1.395)
Total do passivo	<u>(1.547)</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>(1.395)</u>
Total líquido	<u>79.894</u>	<u>12.078</u>	<u>(2.720)</u>	<u>89.252</u>

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	16.985	14.808
Diferenças temporárias dedutíveis	74	622
	<u>17.059</u>	<u>15.430</u>
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim	<u>5.800</u>	<u>5.246</u>

Notas Explicativas

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	17.447	20.695
2015	17.131	21.230
2016	10.782	10.782
2017	11.150	11.150
2018	24.700	25.395
Total	<u>81.210</u>	<u>89.252</u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

Notas Explicativas

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			31/3/2014	31/12/2013
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(37.572)	(57.922)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	22.818	2.355
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	43.521	91.300
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	23.076	27.865
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	(17.062)	(18.005)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	44.493	48.136
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(39.381)	(28.654)
Total de exposição			<u>39.893</u>	<u>65.075</u>
Efeito no resultado			<u>(8.311)</u>	<u>(3.996)</u>

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			31/3/2014	31/12/2013
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(46.877)	(67.625)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	22.818	2.355
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	64.712	124.010
Contas a receber de partes relacionadas (i)	Empréstimos e recebíveis	12.1	10.345	10.014
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	84.737	94.984
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(91.025)	(89.206)
Total de exposição			<u>44.710</u>	<u>74.532</u>
Efeito no resultado			<u>(2.334)</u>	<u>(4.697)</u>

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano (nota explicativa nº 16).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, se aproximam dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 1).

Notas Explicativas

28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial.

Em 31 de março de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros para proteção de alguns passivos, conforme abaixo:

Em 31 de março de 2014, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	22.818	2.355	22.818	2.355
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	-	32.910	-	32.910
Mútuo com controladas argentinas	Empréstimos e recebíveis	Pesos argentinos	10.293	13.047	-	-
Mútuo com controlada chilena	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	866	884	-	-
Mútuo com controlada americana	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	2.132	5.620	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	(14.181)	(14.961)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólares norte-americanos	(1.562)	(612)	(19.240)	(29.877)
Total de exposição			20.366	39.243	3.578	5.388
Efeitos no resultado			(4.349)	(935)	190	392

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

Notas Explicativas

• Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$7.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

• Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 31 de março de 2014 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Controladora			
	31/3/2014	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	(37.572)	(43.339)	(44.586)	(45.832)
Aplicações financeiras	54.535	61.567	63.325	65.083
Exposição líquida	16.963	18.228	18.739	19.251
	Consolidada			
	31/3/2014	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	(37.572)	(43.339)	(44.586)	(45.832)
Empréstimos e financiamentos	(9.305)	(11.515)	(12.067)	(12.620)
Aplicações financeiras	64.712	71.989	73.808	75.627
Exposição líquida	17.835	17.135	17.155	17.175

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado negativo de R\$ 188 nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,08% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de março de 2013.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$21 e R\$680 (controladora e consolidado, respectivamente).

Notas Explicativas

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$131 na controladora e negativo de R\$661 no consolidado.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de cambio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de março de 2014 a Administração estimou as taxas futuras de cambio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Controladora			
	31/3/2014	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	22.818	21.174	26.468	31.762
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Mútuo com controladas argentinas	10.293	14.630	18.287	21.945
Mútuo com controlada chilena	866	804	1.005	1.205
Mútuo com controlada americana	2.132	1.978	2.473	2.968
Empréstimos com controladas no exterior	(14.181)	(13.160)	(16.449)	(19.739)
Fornecedores	(1.562)	(1.449)	(1.812)	(2.174)
Exposição líquida	<u>20.366</u>	<u>23.977</u>	<u>29.972</u>	<u>35.966</u>

	Consolidado			
	31/3/2014	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	22.818	21.174	26.468	31.762
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Fornecedores	(19.240)	(17.854)	(22.318)	(26.781)
Exposição líquida	<u>3.578</u>	<u>3.320</u>	<u>4.150</u>	<u>4.980</u>

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$3.611 e R\$258 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$19.605 e R\$572 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$15.600 e R\$1.403 (controladora e consolidado, respectivamente).

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 25).

Notas Explicativas

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de março de 2014 e de 2013, a cobertura está demonstrada como segue:

		Modalidade	Importância segurada	
			31/3/2014	31/3/2013
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	e	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	13.681	13.477
Seguro estabelecimentos	-	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	68.741	55.381
			<u>82.422</u>	<u>68.858</u>

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consiste em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

Notas Explicativas

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 31 de março de 2014 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até o 1º ano	22.360	25.290
Do 2º ao 5º ano	44.217	54.669
Após o 5º ano	29.846	29.846
Total	<u>96.423</u>	<u>109.805</u>

c) Cartas de garantia de crédito e fianças

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$24.250 mil e US\$33.233 mil, respectivamente.

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$5.685.

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As parcelas anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”. Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Ano de outorga	Quantidade	Valores registrados	Valores registrados	Valores a registrar em
	de opções outorgadas	no resultado 31/12/2013	no resultado 31/3/2014	períodos futuros
2007	1.256.667	2.869	-	-
2008	505.576	1.414	-	-
2010	119.373	195	-	-
2012	438.300	672	85	314
2013	406.000	140	70	345
Total	2.725.916	5.291	155	658

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Planos individuais para cada executivo contemplado

Datas de outorga	28/9/2007	1/10/2007	23/2/2010	4/7/2012	24/10/2012	1/7/2013
Número de executivos contemplados	1	1	1	2	8	10
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	23/2/2017	1/10/2014	23/2/2017	15/4/2017	15/4/2017	1/7/2017
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	34,60%	34,60%	37,39%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção R\$	10,98	10,98	10,98	10,98	11,93	6,02
Indexador	Não indexado	Não indexado	Não indexado	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M
Preço para exercício, corrigido - R\$	10,98	10,98	16,93	16,41	16,41	6,02
Valor justo por opção - R\$:						
Série 1	5,02	5,02	-	5,04	1,54	1,51
Série 2	5,02	5,02	1,48	5,00	1,95	1,68
Série 3	5,02	5,02	2,22	4,95	2,17	1,76
Série 4	5,50	5,51	2,74	4,89	2,31	1,81

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Notas Explicativas

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de março de 2014 e de 2013.

	Consolidado			
	31/3/2014			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	67.223	24.632	16.185	108.041
Custos	(97.799)	(17.986)	(1.094)	(116.879)
(Prejuízo) lucro bruto	(30.576)	(78.655)	15.091	(8.838)
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(4.284)	(7.159)	-	(11.443)
	(34.860)	(513)	15.092	(20.281)
Despesas administrativas				(8.844)
Resultado financeiro				(4.679)
Prejuízo antes dos impostos				(33.804)

	Consolidado			
	31/3/2013			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	26.139	17.940	14.989	59.068
Custos	(37.077)	(14.258)	-	(51.335)
(Prejuízo) lucro bruto	(10.938)	3.682	14.989	7.733
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(5.566)	(8.772)	-	(14.338)
	(16.504)	(5.090)	14.989	(6.605)
Despesas administrativas				(8.584)
Resultado financeiro				(2.725)
Prejuízo antes dos impostos				(17.914)

Notas Explicativas

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013
<u>Receita líquida</u>		
Argentina	17.710	3.319
Brasil	80.266	47.598
Chile	10.065	8.151
	<u>108.041</u>	<u>59.068</u>

	Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>		
Argentina	3.825	379
Brasil	(14.158)	14.925
Chile	1.495	(7.571)
	<u>(8.838)</u>	<u>7.733</u>

	Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013
<u>(Prejuízo) lucro operacional antes dos impostos</u>		
Argentina	(2.508)	(4.085)
Brasil	(31.921)	(4.504)
Chile	724	(9.325)
Peru	(41)	-
USA	(58)	-
	<u>(33.804)</u>	<u>(17.914)</u>

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os trimestres findos em 31 de março de 2014, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de março de 2014 no montante de R\$1.882 na controladora e R\$2.431 no consolidado.
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais no montante de R\$2.256 (R\$1.913 em 31 de dezembro de 2013).

34. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro prejuízo do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 31).

Notas Explicativas

O cálculo do prejuízo por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/3/2014	31/3/2013
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(22.465)	(15.709)
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	68.319.165	69.791.465
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	70.156.550	71.435.609
Prejuízo básico por ação - em reais	(0,3288)	0,2251
Prejuízo diluído por ação - em reais	(0,3288)	0,2251

35. OUTROS ASSUNTOS

Medida Provisória n° 627/2013

A Medida Provisória n° 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n° 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, embora ofereça a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Não são esperados efeitos relevantes decorrentes da observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Administração da Companhia está avaliando se irá optar pela adoção antecipada das disposições da Medida Provisória no exercício de 2014.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 06 de maio de 2014.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da

T4F Entretenimento S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board – IASB", assim como pela apresentação de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC21 (R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de maio de 2014.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Ismar de Moura

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Contador

CRC nº 1 SP 179631/O-2